

19 A construção da dimensão de
segurança e defesa nos Países
Africanos. O caso de Angola
FEVEREIRO

A construção da dimensão de segurança e defesa nos países Africanos. O caso de Angola

AGENDA:

Introdução;

- 1. A importância da segurança e defesa para o desenvolvimento em África;**
- 2. A História de Angola e a formação das Forças Armadas Angolanas;**
- 3. A construção da Identidade de Segurança e Defesa em Angola;**
- 4. A Política Externa Angolana e a intervenção no contexto regional;**

Conclusões

“...sem segurança não existem condições de desenvolvimento e sem desenvolvimento sustentado não existe uma conjuntura de segurança...”.




**FORÇAS ARMADAS
MECANISMO PROACTIVO DA POLÍTICA EXTERNA DO ESTADO
MECANISMO PROJEÇÃO INFLUÊNCIA, PODER E INTERESSES DO ESTADO**

“...não existe segurança sem Forças Armadas credíveis e não existem Forças Armadas sustentáveis sem um Estado de Direito...”.



FORÇAS ARMADAS AFRICANAS VECTOR AÇÃO ESTRATÉGICA ESTADO PARA A SEGURANÇA EM ÁFRICA

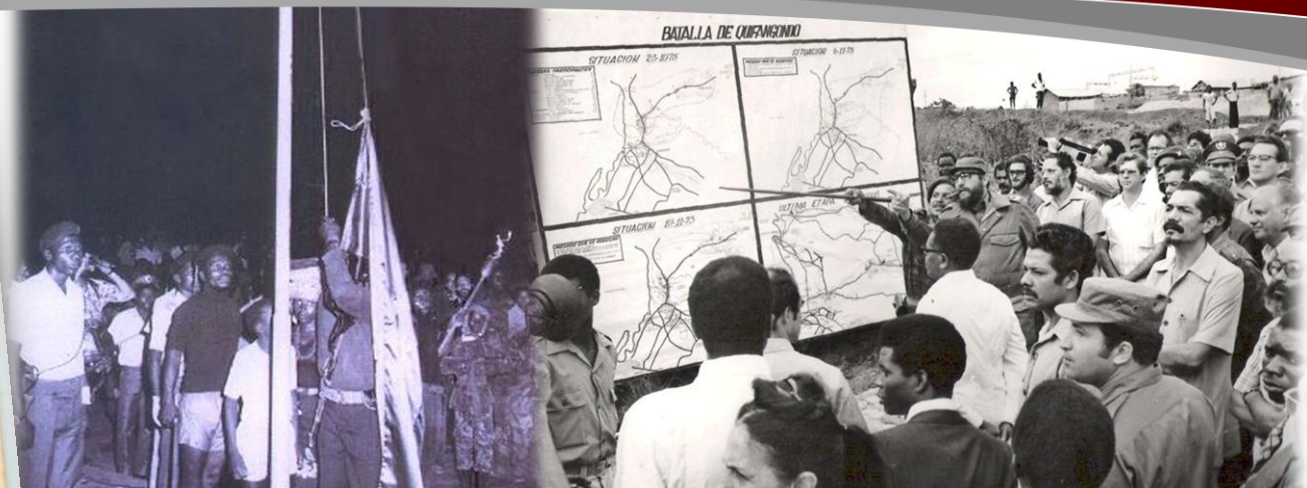
- ❑ “African Regional Ownership” visa possibilitar que os Africanos disponham de capacidades próprias para resolverem os problemas securitários nos seus países, na sua região e em África.
- ❑ Inovador paradigma securitário regional em que as Forças Armadas Angolanas se posicionam como potenciais atores na operacionalização da “Arquitetura de Paz e Segurança Africana”.



“... o processo de formação, edificação, desenvolvimento e afirmação regional das Forças Armadas Angolanas, teve influência na História recente de Angola e reflete as potencialidades de emprego como vetor de Política Externa Angolana na região subsaariana e em África...”

“...As Forças Armadas Angolanas são a instituição militar nacional permanente, regular e apartidária, incumbida da defesa militar do país, organizadas na base da hierarquia, da disciplina e da obediência aos órgãos de soberania competentes...”

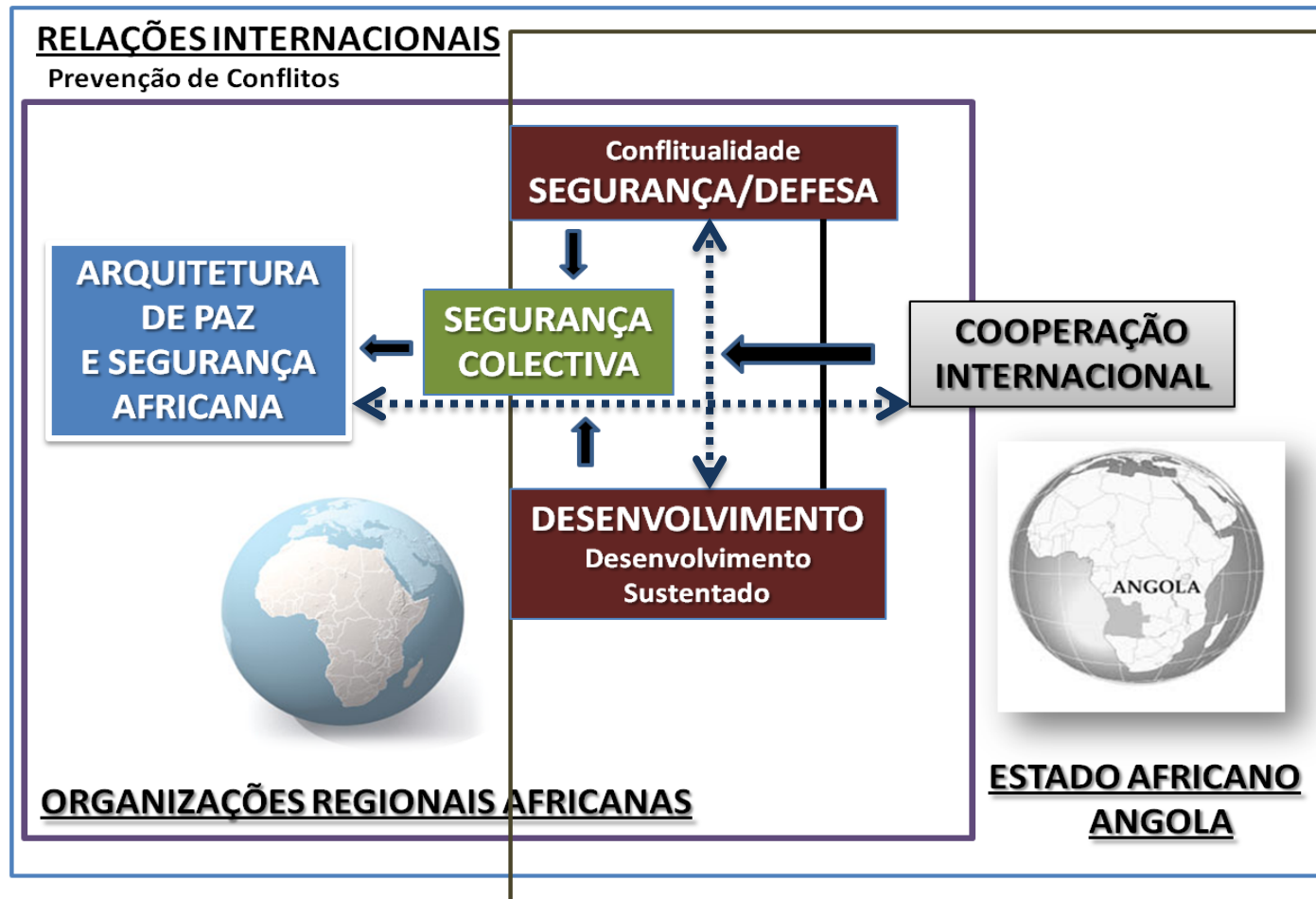
Constituição da República de Angola (Artº 207 1.) de 5 de Fevereiro de 2010



Quais os contributos das Forças Armadas de Angola para a edificação do Estado Angolano?



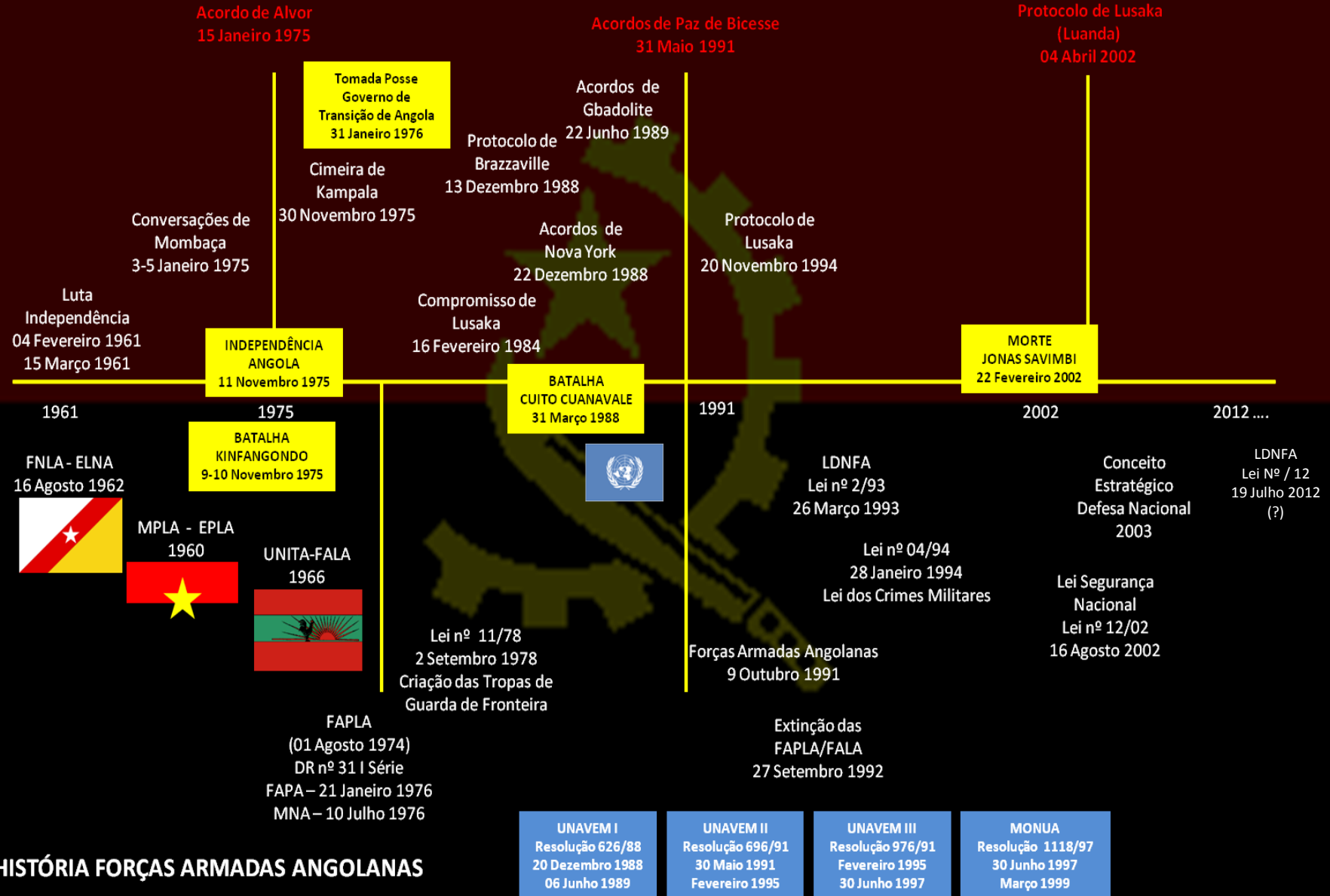
1. A importância da segurança e defesa para o desenvolvimento em África



HISTÓRIA REPÚBLICA DE ANGOLA

INDEPENDÊNCIA NAMÍBIA
Resolução 435/78 de 29 de Setembro
1 Abril 1988

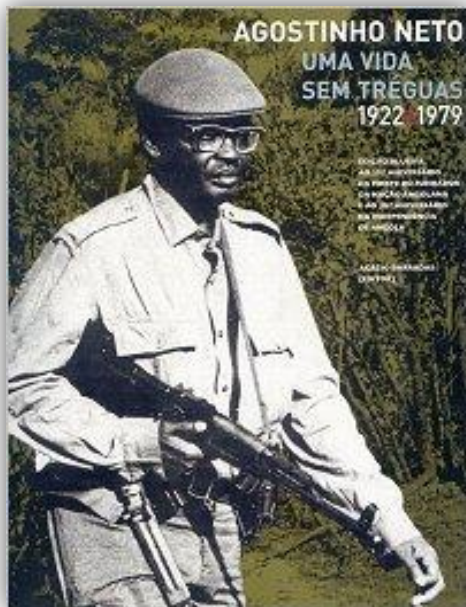
Memorando de Entendimento
ao
Protocolo de Lusaka
(Luanda)
04 Abril 2002



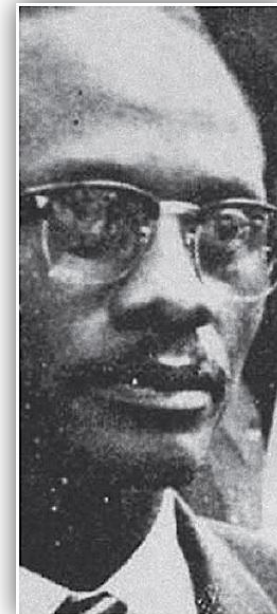
HISTÓRIA FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS

O processo político-militar em Angola **CONTRIBUIU PARA O CRESCIMENTO E CONSOLIDAÇÃO INSTITUCIONAL DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS**. Transmitiu **ROBUSTEZ POLÍTICA** e **CONSISTÊNCIA IDEOLÓGICA** na construção da paz .

Os elementos organizados da luta armada, apoiados na ideologia política dos movimentos de libertação, constituíram os embriões das Forças Armadas Angolanas...



LIDERANÇA ESTRATEGICO-MILITAR



FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS INSTRUMENTO DE CONSOLIDAÇÃO DA PAZ

Após a Proclamação da Independência a **INTERNACIONALIZAÇÃO DO CONFLITO ANGOLANO**, criou as condições políticas para a “intromissão” de outros países que transmitiram uma **pluralidade de doutrinas, conceitos operacionais**, de **legislação militar** e de **múltiplos sistemas de armas...**



**MULTICULTURALISMO MILITAR “CONSENTIDO”, NECESSÁRIO E ASSUMIDO
PELAS LIDERANÇAS POLÍTICO-MILITARES ANGOLANAS (MPLA e UNITA)**

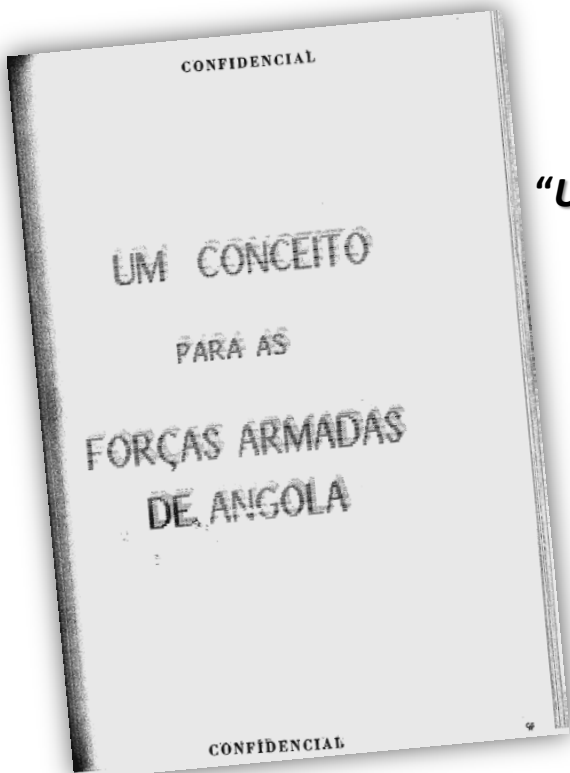
As **influências cubanas e soviéticas**, mais marcantes no período entre **KINFANGONDO (1975)** e **CUÍTO CUANAVALÉ (1988)**, contribuíram para a História de Angola e **INFLUENCIARAM O PENSAMENTO ESTRATÉGICO–MILITAR ANGOLANO, BEM COMO A DOCTRINA OPERACIONAL DAS FAA.**



HETEROGENEIDADE POSITIVA

2. A História de Angola e a formação das Forças Armadas Angolanas

Na sequência dos Acordos de Bicesse, sob orientação político-estratégica da **“Comissão Conjunta Político-Militar”**, Portugal, à semelhança das Forças Armadas Portuguesas, desenhou e alavancou a matriz inicial das futuras Forças Armadas Angolanas.



↓

“UM CONCEITO PARA AS FORÇAS ARMADAS DE ANGOLA”

8 de Maio de 1991

O conceito integrava politicamente o MPLA e a UNITA e militarmente as FAPLA e as FALA e criava as condições legislativas, infraestruturais, doutrinarias e de jurisdição militar, para convergir os interesses de Portugal, da *Troika*, com as vontades e objetivos das lideranças político-militares Angolanas.

↓

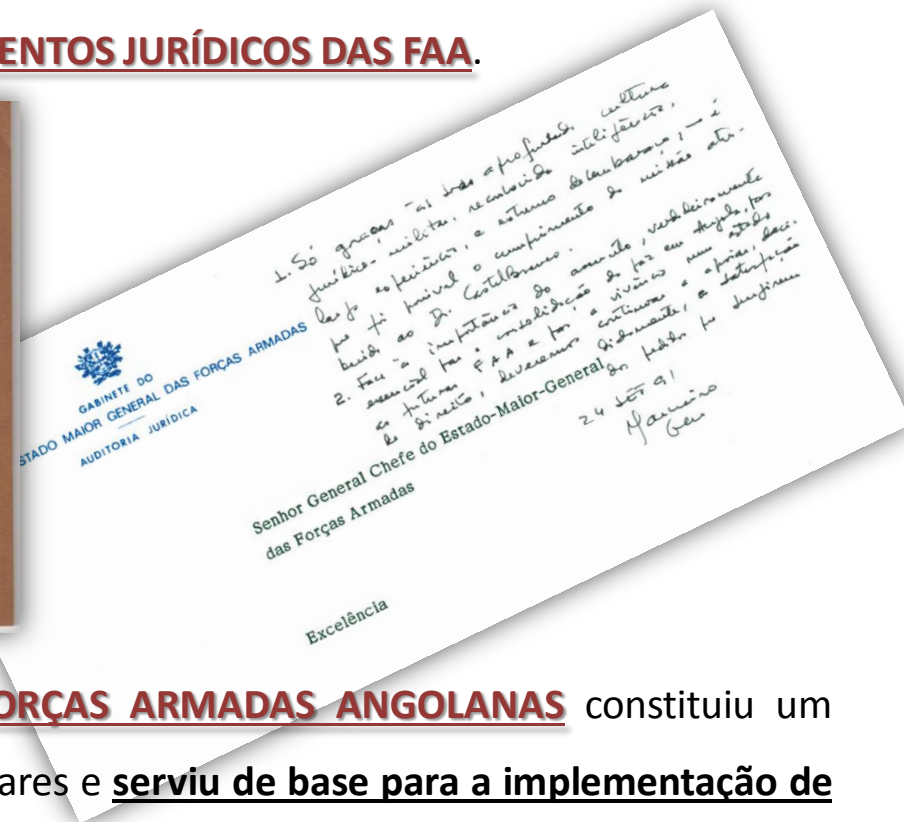
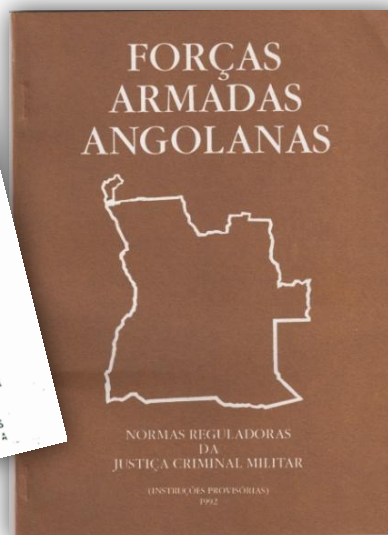
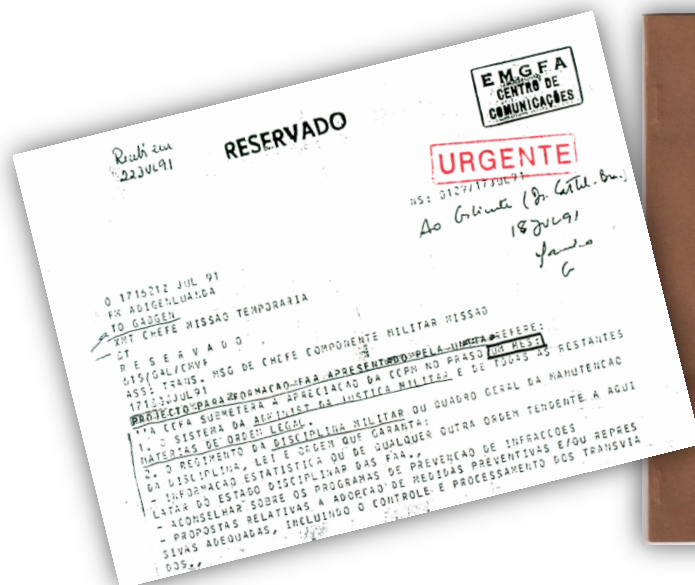
26 agosto 1992 (CEM 's Ramos e Cmdt's Regiões Militares)

28 setembro 1992

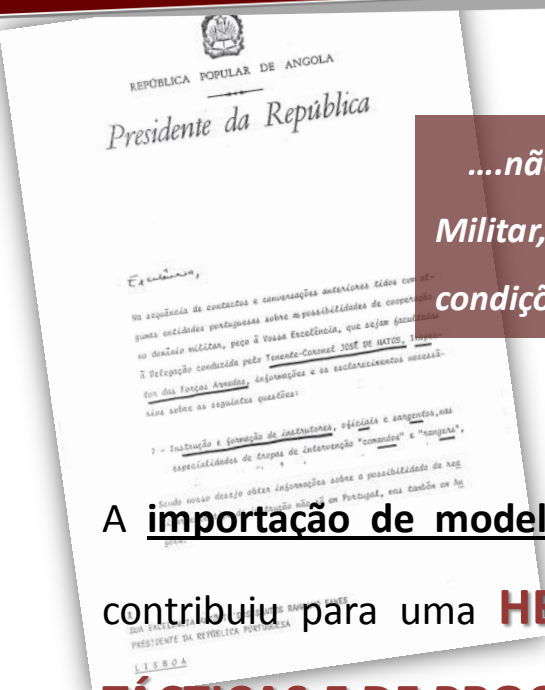


2. A História de Angola e a formação das Forças Armadas Angolanas – JUSTIÇA MILITAR

A Assessoria Portuguesa após os Acordos de Bicesse na vertente da JUSTIÇA MILITAR e do SISTEMA JURÍDICO-LEGAL, integraram proactivamente as principais leis das FAPLA e FALA, constituindo um elemento agregador na edificação das FAA, em que num contexto político-militar complexo contribuiu para a CRIAÇÃO DOS PRIMEIROS INSTRUMENTOS JURÍDICOS DAS FAA.



A adoção do CÓDIGO DE JUSTIÇA MILITAR DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS constituiu um estratégia de congregação dos interesses político-militares e serviu de base para a implementação de um sistema jurídico-militar misto, similar ao existente nas Forças Armadas Portuguesas.



....não existem Forças Armadas proficientes sem um bom Sistema de Formação e de Ensino Militar, assim como não existe um "Sistema de Ensino Militar" credível, se não existirem as condições para o valorizar no sentido da modernidade e da profissionalização militar...

A importação de modelos externos de formação e o envio de militares para outros países contribuiu para uma **HETEROGENEIDADE POSITIVA DE DOCTRINAS, TÉCNICAS, TÁCTICAS E DE PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS** nas Forças Armadas Angolanas.

A formação dos quadros surge da necessidade de uniformização e consolidação de doutrinas operacionais conjuntas e foi iniciada pelo General Tomé Pinto, que estrategicamente viu as potencialidades que lhe advinha como ELEMENTO INTEGRADOR E AGLUTINADOR DOS MILITARES DAS FAPLA E FALA.

A replicação do modelo português de Ensino Superior Militar levou à criação do “INSTITUTO SUPERIORES DE ENSINO MILITAR” (ISEM) (1992), integrando os Oficiais Superiores e Oficiais Generais das FAA, bem como o “Sistema de Formação Militar” e de “Ensino Superior Militar”.



ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG)



1992-2011
4.100
militares

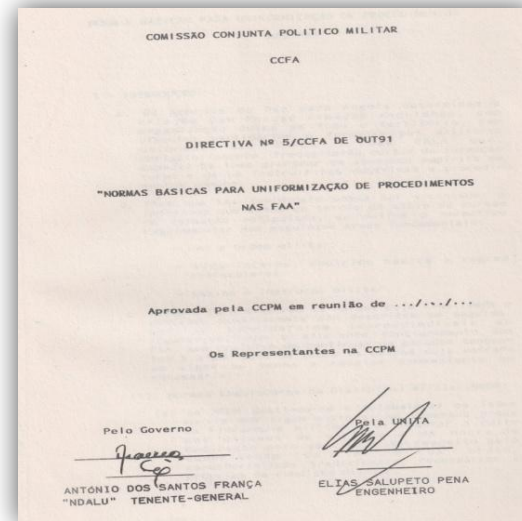


Média
100
alunos/ano



3. A construção da Identidade de Segurança e Defesa em Angola

A congregação de apoios internacionais envolvidos no conflito Angolano contribuíram para inflacionar os aparelhos militares dos Movimentos Armados e congregar nas FAA um potencial humano e bélico significativo, levando a um DESEQUILÍBRIO DO SISTEMA DE FORÇAS.



O **EXÉRCITO** apresentava uma MACROCEFALIA ATÍPICA e um significativo contingente militar ainda por Desmobilizar, Desarmar e Reintegrar, necessitando de uma redução de efetivos e a profissionalização dos seus militares, acautelando aqueles que viveram uma vida ao serviço das Forças Armadas Angolanas.



A MARINHA DE GUERRA ANGOLANA (2%) era o RAMO COM MENOR CAPACIDADE OPERACIONAL, e apostava num crescimento sustentado em face da significativa Zona Económica Exclusiva (ZEE) que deve proteger e das atividades de segurança marítima que anseia realizar.

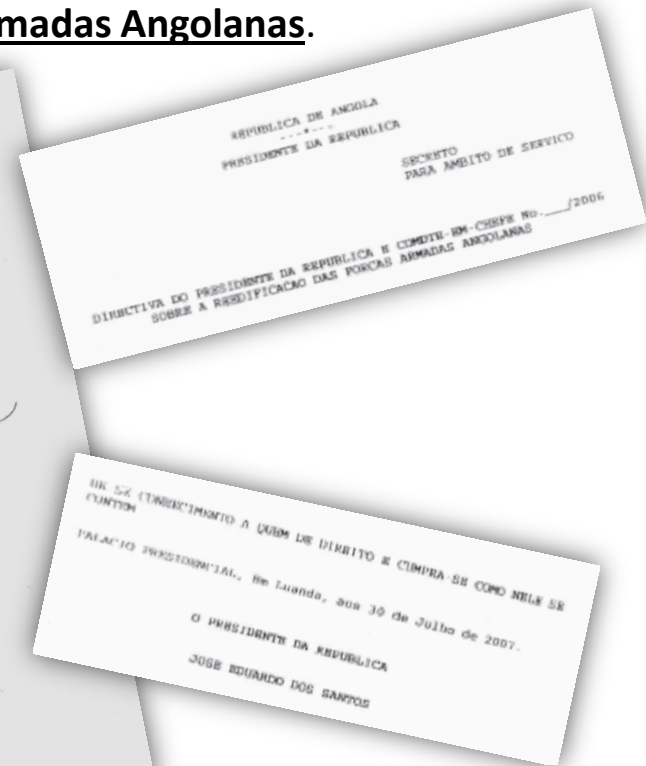
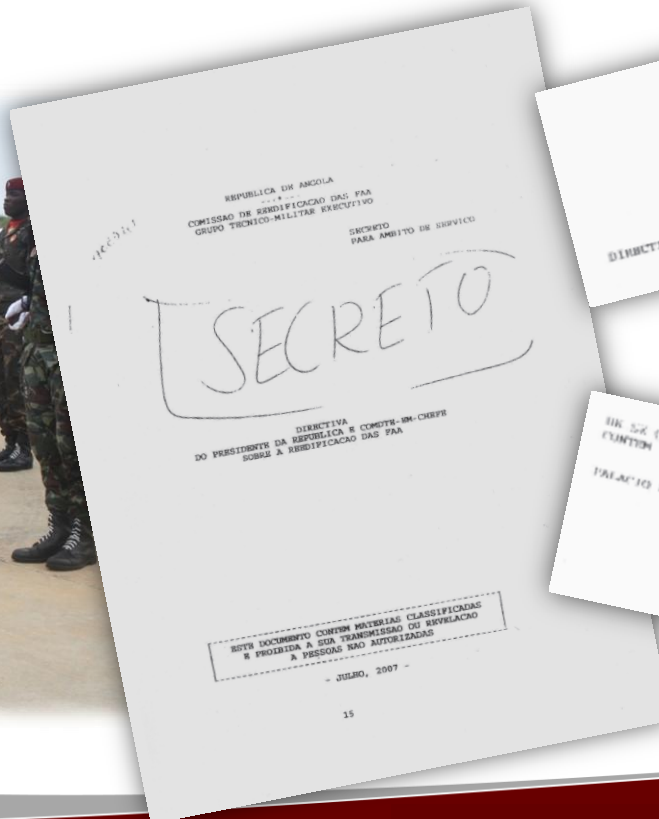


A FORÇA AÉREA NACIONAL ANGOLANA (FANA) (6%) REPRESENTAVA REGIONALMENTE UM VETOR DE AFIRMAÇÃO ESTRATÉGICO DE ANGOLA, apresentando algumas limitações ao nível dos sistemas de deteção e de defesa aérea e nos meios de combate/transporte aéreo, aposta na renovação e uniformização da sua frota aérea e ainda na qualificações das suas tripulações.

3. A construção da Identidade de Segurança e Defesa em Angola



Para além dos ajustamentos ao nível dos Ramos, a **“DIRETIVA PARA A REESTRUTURAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS”**, de **30 de Julho 2007**, em **duas fases progressivas até dezembro 2012**, abrange o **Sistema Logístico**, a **Doutrina e a Formação Militar**, a **Estrutura Superior de Defesa Nacional** e do **Estado-Maior-General das Forças Armadas Angolanas**.



3. A construção da Identidade de Segurança e Defesa em Angola

A construção da Identidade de Segurança e Defesa materializa-se mais consistentemente após Luena (2002) com a aprovação do “CONCEITO ESTRATÉGICO DE DEFESA NACIONAL” (26 de Março de 2003).



A LEI DE DEFESA NACIONAL E DAS FORÇAS ARMADAS DE ANGOLA (Lei Nº 2/93 26 de Março) em revisão, no intuito de consagra as orientações da Constituição da República de Angola (2010). Foram aprovadas a Lei de Segurança Nacional, Lei de Protecção do Interior e Lei da Preservação da Segurança do Estado (19 Julho 2012)

DIRETIVA PARA A REESTRUTURAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS

REPÚBLICA DE ANGOLA

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

SECRETO
PARA AMBITO DE SERVIÇO

DIRETIVA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E COMDE-EM-CHEFE No. ____/2006
SOBRE A REEDIFICAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS

Havendo a necessidade imperiosa de se adequar as Forças Armadas Angolanas (FAA), através de um processo de reedificação, no sentido de propiciar um modelo de Forças Armadas, ajustada a estatura político-estratégica do País e que assegure a autonomia de decisão político-militar, poder de dissuasão e a defesa militar, bem como a preparação e desenvolvimento das Forças Armadas;

Convindo estabelecer um instrumento que concorra para estabelecer as grandes linhas de orientação e normas do processo de reedificação das FAA;

Assim, usando da faculdade que me conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 10.º da Lei n.º 2/93 - Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas -;

DETERMINO:

30 de Julho de 2007



Lei das Carreiras Militares
Conceito de Defesa Nacional e Conceito Estratégico-Militar
Sistema de Forças Nacional
Missões Específicas dos Ramos
Plano de Desenvolvimento e Emprego das FAA - Lei de Programação Militar

CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE ANGOLA

11 de Julho de 2001



Integrando a **SOUTHERN AFRICAN DEFENSE E SECURITY MANAGEMENT NETWORK (SADSEN)** constitui-se num **importante vetor da Política Externa** e um dos mais conhecidos **fóruns de reflexão estratégica sobre as temáticas da segurança e defesa em Angola.**



Projeto de Gestão da Defesa e da Segurança da África Austral, Cátedra UNESCO, Universidade de Kinshasa



Centro de Estudos Estratégicos de Angola (CEEAA)



Projeto de Gestão da Defesa e da Segurança, Departamento de Estudos Políticos e Administrativos, Universidade da Namíbia



Centro de Estudos Estratégicos, Departamento de Estudos Políticos e Administrativos, Universidade do Botsuana



Centro de Gestão da Defesa e da Segurança, Universidade de Witwatersrand



Subcentro da Gestão da Defesa e da Segurança, Centro de Relações Externas, Tanzânia



Projeto de Gestão da Defesa e da Segurança, Centro de Estudos da Defesa, Departamento de História, Universidade do Zimbabué



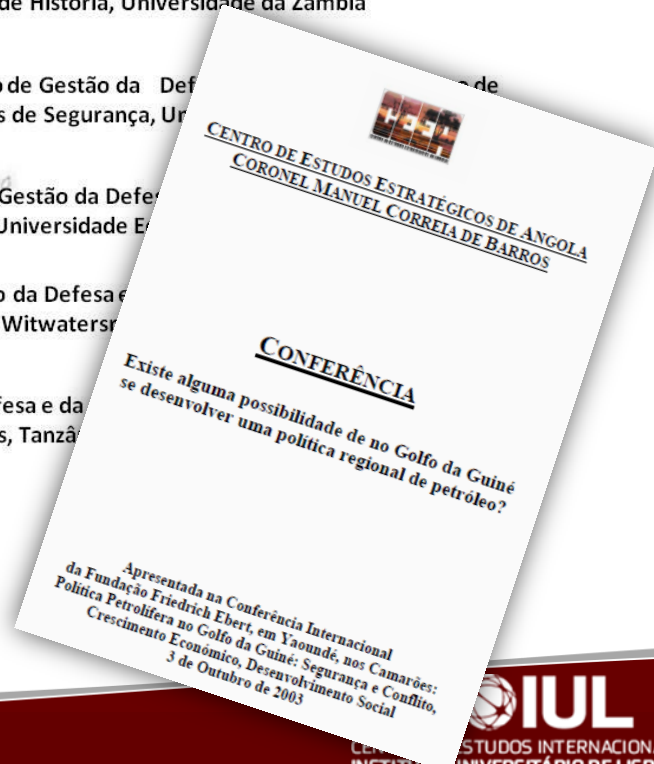
Projeto de Gestão da Defesa e da Segurança, Departamento de História, Universidade da Zâmbia



Projeto de Gestão da Defesa e da Segurança, Universidade de Zimbabué

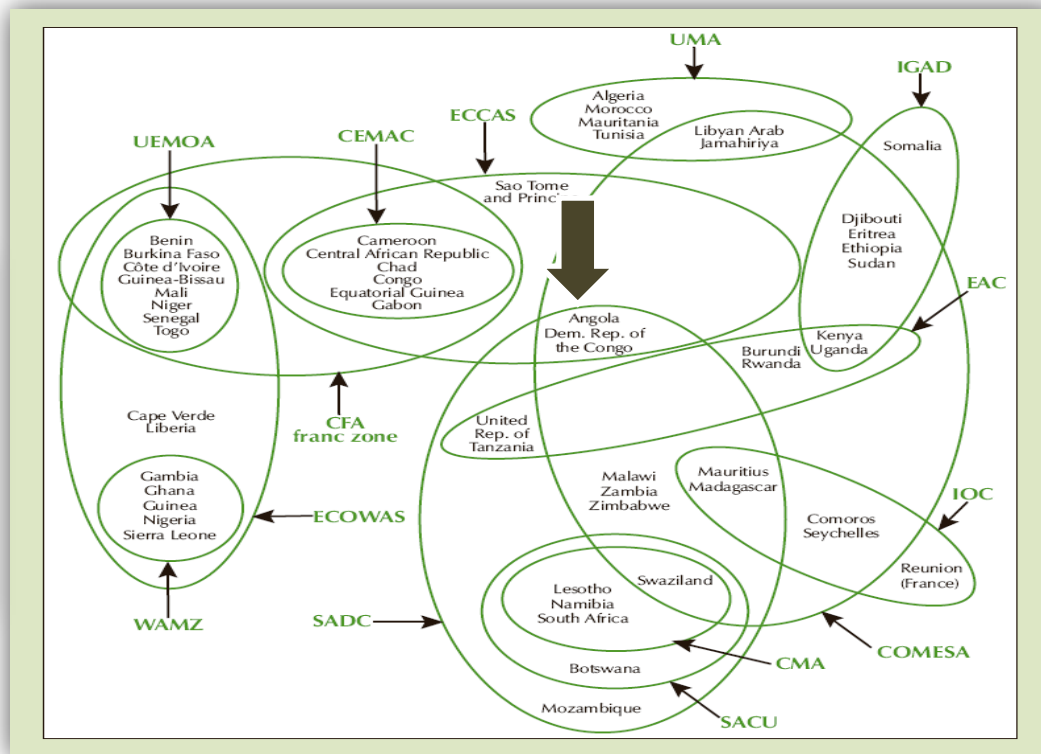


Projeto de Gestão da Defesa e da Segurança, Universidade de Eswatini



4. A Política Externa Angolana e a intervenção no contexto regional

A POLÍTICA EXTERNA DA ANGOLA apresenta regionalmente uma **DICOTOMIA ÚTIL E NECESSÁRIA PARA A SEGURANÇA NACIONAL, SENDO MAIS PREOCUPANTE A NORTE, MAS MAIS DESAFIANTE A SUL.**



COMISSÃO DO GOLFO DA GUINÉ

(19 Novembro 1999)

Permite projetar **poder** e **influência** nas sub-regiões, constituindo-se as FAA como **agente da ação estratégica do Estado** e **valorizando-as no contexto das Organizações Africanas.**

4. A Política Externa Angolana e a intervenção no contexto regional

Os exercícios militares constituem uma forma de treinar a interoperabilidade entre Forças Armadas, sendo uma das iniciativas que melhor contribuem para a operacionalização dos sistemas coletivos de segurança...

KWANZA2010



FELINO2011



DOLPHIN2009 / ZAMBEZE AZUL 2012

- Capacidade de Planeamento Operacional
- Organização e sincronização da manobra estratégico-operacional
- Capacidade projeção estratégica de Forças
- Capacidade Apoio Logístico

Quais os contributos das Forças Armadas de Angola para a edificação do Estado Angolano?



A partilha de responsabilidades na SEGURANÇA COLETIVA permite desenvolver ARQUITETURAS REGIONAIS DE SEGURANÇA que visam contribuir para fazer face a uma conjuntura regional caracterizada por ameaças assimétricas à segurança nacional.



A POLÍTICA EXTERNA ANGOLANA RECONHECE QUE AS ALIANÇAS MILITARES E A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA A SEGURANÇA PODEM SER A RESPOSTA PARA COMBATER OS FENÓMENOS TRANSNACIONAIS DA SEGURANÇA.



As FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS na operacionalização da “ARQUITETURA DE PAZ E SEGURANÇA AFRICANA” contribui para incrementar o nível de segurança e desenvolvimento regional, constituindo-se num MECANISMO DE PREVENÇÃO CONFLITOS.

A *Arquitetura de Paz e Segurança Africana* representa uma **Pan-Africanização** do fator “**SEGURANÇA**”, interligando o contexto “**SEGURANÇA NACIONAL**” com “**SEGURANÇA COLETIVA REGIONAL**” procurando-se potencial como mecanismo securitário na região subsaariana.



**ELEMENTO PREPONDERANTE DA AÇÃO ESTRATÉGICA DO ESTADO NO
CONTEXTO DA SEGURANÇA REGIONAL**

CONTRIBUIR “INOVADORAMENTE” PARA A POLÍTICA EXTERNA ANGOLANA



Estratégias que no contexto da **CEEAC** e da **SADC** apontam para uma **PLURALIDADE SAUDÁVEL**, garantindo **ADEQUADO EQUILÍBRIO** e **INDEPENDÊNCIA** entre os interesses de Angola e das Organizações Regionais Africanas



TENDÊNCIAS EVOLUÇÃO (REEDIFICAÇÃO):

- REESTRUTURAÇÃO
- REDIMENSIONAMENTO
- REEQUIPAMENTO



SISTEMA DE FORÇAS NACIONAL (E DISPOSITIVO MILITAR) MAIS EQUILIBRADO

FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS:

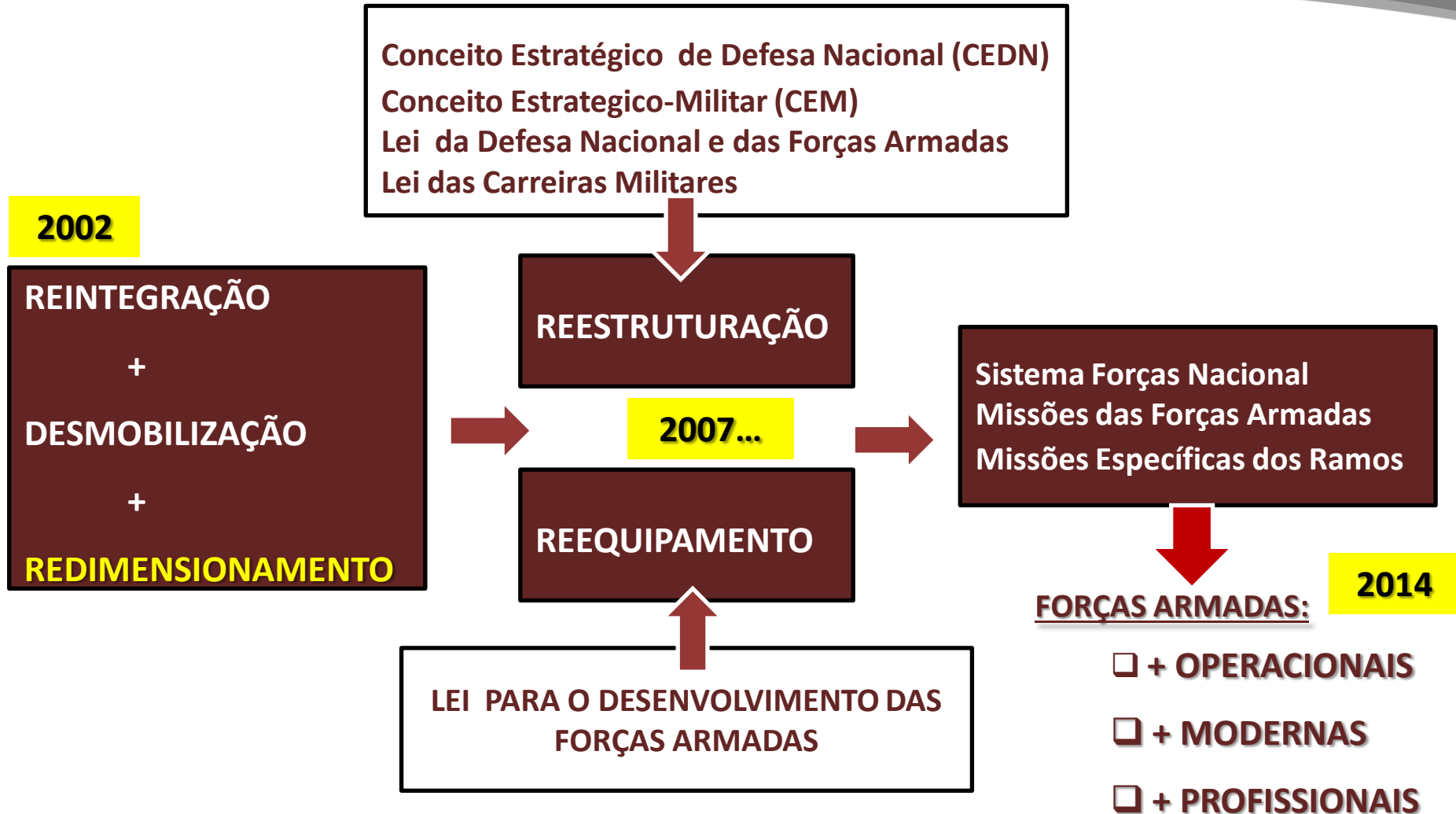
- MAIS PROFISSIONAIS
- MELHOR ORGANIZADAS
- MAIS OPERACIONAIS



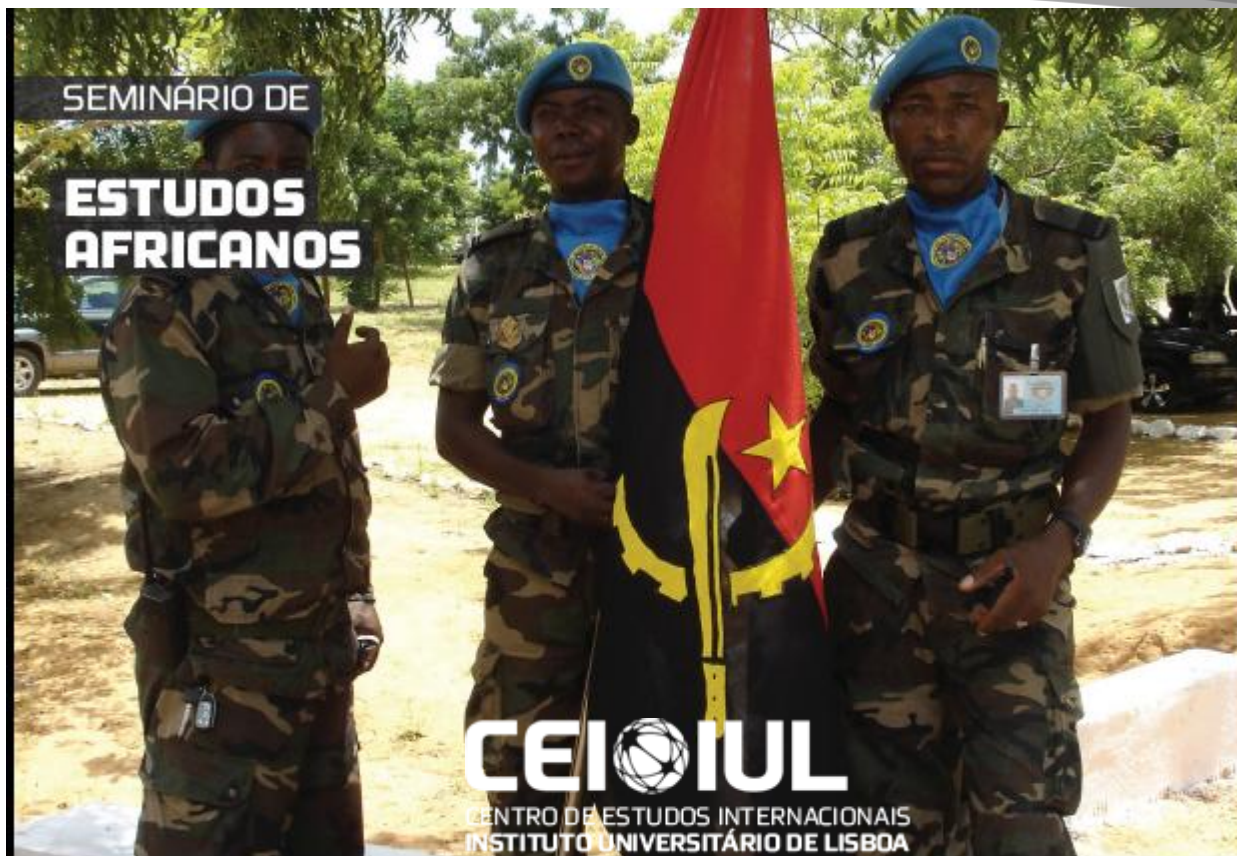
**CONTRIBUIR PARA A SEGURANÇA E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL
REFORÇANDO PARTICIPAÇÃO REGIONAL (APSA)**

VECTOR ESTRATÉGICO DA POLÍTICA EXTERNA ANGOLANA

Cenário de Evolução das Forças Armadas Angolanas



FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS - VECTOR ESTRATÉGICO DA POLÍTICA EXTERNA ANGOLANA



LUÍS BERNARDINO

**A POSIÇÃO DE ANGOLA
NA ARQUITECTURA DE PAZ
E SEGURANÇA AFRICANA**

ANÁLISE DA FUNÇÃO ESTRATÉGICA
DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS

VIA
ALMEDINA

19 A construção da dimensão de
segurança e defesa nos Países
Africanos. O caso de Angola

FEVEREIRO

http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=21210

Luis Manuel Brás Bernardino
bernardino.lmb@hotmail.com